

Código de Conduta da Semana de Sistemas de Informação

Missão, Visão e Valores

Missão

Promover o desenvolvimento acadêmico, profissional e humano da comunidade de Sistemas de Informação da USP, por meio de capacitação acessível, tecnologicamente responsáveis e alinhados aos valores constitucionais de dignidade humana, igualdade ([Art. 1º e 3º, CF](#)) e princípios éticos universitários.

Visão

Ser reconhecida como modelo nacional de excelência em eventos universitários, integrando tecnologia, inovação com impacto social e práticas sustentáveis ([ODS/ONU](#)), formando líderes comprometidos com a transformação digital ética e a justiça social.

Valores

1. Ética:
"Atuar com integridade, transparência e de acordo com a legalidade, garantindo alinhamento aos [Estatutos da USP](#) e à Lei de Acesso à Informação ([Lei 12.527/2011](#))."
2. Inclusão:
"Assegurar ambiente livre de discriminação, em conformidade com a Lei e o [Art. 5º da CF](#), promovendo equidade de gênero, raça e capacidade."
3. Colaboração:
"Fomentar redes de conhecimento aberto e trabalho em equipe, respeitando a propriedade intelectual ([Lei 9.610/1998](#)) e a diversidade de perspectivas."

4. Inovação:

"Incentivar soluções criativas sustentáveis e tecnologicamente responsáveis, alinhadas à LGPD [Lei 13.709/2018](#)."

5. Responsabilidade Social:

"Contribuir para o desenvolvimento sustentável ([Lei 12.187/2009](#) – Política Nacional de Mudança do Clima) e o bem-estar coletivo, priorizando parcerias com impacto socioambiental positivo."

Fundamentação do Código de Conduta

Este código tem como fundamento:

1. Concretizar os valores institucionais da entidade, em conformidade com o [Estatuto da USP Art. 3º](#) (promoção do respeito aos direitos humanos);
2. Garantir ambiente seguro e inclusivo, conforme exigido pelo [Art. 5º, X, da CF/1988](#) (inviolabilidade da intimidade e honra);
3. Prevenir e coibir infrações penais ou administrativas, incluindo racismo ([Lei 7.716/1989](#)), injúria racial ([Lei 14.532/2023](#)), assédio ([Lei 10.224/2001](#)) e danos à reputação institucional ([Art. 139 do CP](#) – difamação).

Aplicação das Sanções

Qualquer membro ou participante que, a partir da inscrição, pratique atos contrários a este código, dentro ou fora do ambiente do evento, estará sujeito a sanções, incluindo:

- Advertência formal;
- Expulsão temporária;
- Banimento permanente;
- Comunicação às autoridades competentes, quando configurar ilícito penal.

Fundamentos Legais para Expulsão e Denúncia:

- A entidade não será conivente com crimes, sob pena de responsabilidade por omissão dolosa ([Art. 13, CP](#)), se omitir diante de fatos graves;
- Condutas externas que afetem diretamente a segurança ou reputação do evento podem ser consideradas violações, conforme [Art. 132, 138, 139 e 140, CP](#).

Devido Processo Legal

As sanções serão aplicadas após:

1. Direito à ampla defesa ([Art. 5º, LV, CF](#));
 - O acusado pode apresentar uma contra defesa ou justificativa de seus atos.
2. Análise de provas e contextualização do caso;
 - Serão analisadas as provas e o contexto do caso para julgamento dos atos.
3. Decisão fundamentada, com proporcionalidade ([Art. 5º, XLVI, CF](#))."*

1. Crimes de Ódio, Discriminação e Preconceito

Base Legal:

Racismo e Discriminação Étnica

- [Lei nº 7.716/1989](#):
 - Art. 20: Recusa de acesso a serviços, empregos ou ambientes com base em raça/etnia (1 a 5 anos de reclusão).
 - Art. 3º: Incitação pública ao racismo (2 a 5 anos de reclusão).
- [Lei nº 14.532/2023](#): Equipara injúria racial a racismo e aumenta penas.

Xenofobia

- [Art. 5º, XLII, CF/1988](#): Racismo é crime inafiançável (inclui xenofobia se vinculada a origem nacional/étnica).
- [Lei nº 9.459/1997 \(Art. 20\)](#): Discriminação contra estrangeiros pode ser enquadrada como injúria coletiva (multa e reparação de danos).

Sexismo, LGBTIfobia e Discriminação de Gênero

- Lei Maria da Penha ([Lei nº 11.340/2006](#)):
 - Art. 7º: Violência psicológica ou moral baseada em gênero (3 meses a 3 anos de detenção).
- [Lei nº 14.188/2021](#) (Violência Política de Gênero): Discriminação contra mulheres em espaços públicos (2 a 4 anos de reclusão).

Em junho de 2019 o STF ([ADI 4275/2019](#)) tomou a decisão que LGBTIfobia e discriminação de gênero fossem equiparadas a racismo ([Lei 7.716/1989](#)).

Ableismo (Discriminação contra Pessoas com Deficiência)

- Lei Brasileira de Inclusão ([Lei nº 13.146/2015](#)):
 - Art. 88: Negar acesso a direitos por deficiência (1 a 3 anos de reclusão + multa).

Preconceito Socioeconômico

- [Art. 5º, XLI, CF/1988](#): Discriminação por condição social é vedada.
- [Lei nº 9.029/1995 \(Art. 1º\)](#): Praticar discriminação em ambientes laborais por classe social (multa e proibição de contratar por 2 anos).

Preconceito Interseccional

- [Art. 3º, IV, CF/1988](#): Combate a todas as formas de discriminação combinada (ex.: mulher negra, LGBTQIA+ com deficiência).

Outros Dispositivos Relevantes

- [Código Penal](#):

- Art. 140: Injúria racial/sexual/gênero (1 a 3 anos de reclusão).
- Art. 147: Ameaça discriminatória (1 a 6 meses de detenção).
- [Lei nº 10.741/2003](#) (Estatuto do Idoso): Discriminação contra idosos (6 meses a 1 ano de detenção).

Sanção:

- Banimento de todas as atividades da comissão organizadora da entidade, incluindo edições futuras.
- Comunicação obrigatória às autoridades (ex.: delegacias especializadas em crimes raciais ou de ódio).
- Responsabilização civil por danos morais coletivos ([Art. 186, CC/2002](#)).

Exemplos de Aplicação

- Caso 1: Um membro faz comentários depreciativos sobre nordestinos (xenofobia).
 - Enquadramento: [Lei 9.459/1997](#) (injúria coletiva) + [Art. 5º, XLI, CF](#).
 - Sanção: Banimento + denúncia ao Ministério Público.
- Caso 2: Participante zomba de colega com deficiência física (ableísmo).
 - Enquadramento: [Art. 88 da Lei 13.146/2015](#).
 - Sanção: Banimento imediato.

2. Assédio Moral e Sexual

Base Legal:

Assédio Sexual

1. [Lei nº 10.224/2001](#):

- Define assédio sexual como conduta de natureza libidinosa ou intimidadora, com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual (1 a 2 anos de reclusão).
- Abrange ambientes acadêmicos, profissionais ou de convivência social (Art. 216-A).

2. Código Penal ([Decreto-Lei nº 2.848/1940](#)):

- Art. 216-A: "Assediar alguém, de forma reiterada, com fins libidinosos, valendo-se de superioridade hierárquica ou ascendência inerentes ao exercício de cargo ou função" (1 a 2 anos de reclusão).
- Art. 146: Constrangimento ilegal (forçar alguém a fazer, tolerar ou deixar de fazer algo mediante violência ou ameaça) – 3 meses a 1 ano de detenção.

3. Lei Maria da Penha ([Lei nº 11.340/2006](#)):

- Art. 7º, III: Violência psicológica (humilhação ou controle da liberdade) contra mulheres.

Assédio Moral

1. Código Penal:

- [Art. 140](#): Injúria (ofensa à dignidade) – 1 a 3 anos de detenção.
- [Art. 147 do CP](#): Criminaliza perseguição (stalking) – 1 mês a 1 ano de detenção.

2. [Lei nº 14.457/2022](#): "Expor alguém, de forma reiterada, a situações humilhantes ou constrangedoras no ambiente acadêmico ou laboral" (1 a 3 anos de reclusão).

3. [Constituição Federal \(Art. 5º, X\)](#):

- "São invioláveis a intimidade, a honra e a imagem das pessoas".

4. [Lei nº 12.250/2010](#):

Sanção:

- Suspensão imediata do evento, durante investigação.
- Expulsão permanente após apuração fundamentada, com direito a ampla defesa ([Art. 5º, LV, CF/1988](#)).
- Comunicação obrigatória às autoridades (ex.: delegacia da mulher ou Ministério Público), conforme [Art. 13 do CP](#) (omissão de denúncia configura crime).
- Banimento de todas as atividades da comissão organizadora da entidade, incluindo edições futuras.

Exemplos de Aplicação

- Caso 1: Um membro faz comentários sexualmente explícitos numa reunião.
 - Enquadramento: [Art. 216-A do CP](#) + [Lei 14.188/2021](#).
 - Sanção: Expulsão imediata + comunicação à delegacia.
- Caso 2: Membro humilha repetidamente outro membro por desempenho acadêmico.
 - Enquadramento: [Art. 146-A do CP](#) (assédio moral).
 - Sanção: Banimento permanente após processo administrativo.

3. Inatividade de Membros ("Membros Fantasmas")

Base Legal:

Regulamentos da USP

1. [Regimento Geral da USP](#):
 - [Art. 100](#): "Na Universidade e nas Unidades, os estudantes poderão organizar-se em entidades"

- [Art. 75](#): "Descumprimento de deveres para a universidade pode resultar cancelamento da matrícula.", caso o membro tenha a matrícula cancelada ele será automaticamente expulso da Comissão Organizadora.
2. Estatuto da USP (Criação do NACE–NASCE na USPLeste [Resolução CoCEX 6.055/2012](#)):
- [Resolução 3461/1988 Art. 2](#): "Integrar atividades acadêmicas com serviços à sociedade.".

Definição de "Membro Fantasma"

Considera-se membro fantasma aquele que, sem justificativa formal e aceitável:

1. Falte a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas em um semestre.
2. Deixe de entregar 3 (três) tarefas críticas designadas, mesmo após notificação prévia e prazo de regularização.

Justificativas Aceitáveis:

- Doença comprovada (atestado médico).
- Motivos acadêmicos (ex.: entrega de TCC, provas finais).
- Emergências familiares.

Sanções:

1. Primeira Ocorrência (após 2 faltas consecutivas, 3 faltas intercaladas ou deixar de entregar 2 atividades):
 - Advertência formal por escrito, com cópia para a Comissão Coordenadora.
 - Plano de recuperação de atividades pendentes (prazo de 7 dias úteis).
2. Reincidência:

- Última advertência antes da expulsão.

3. Terceira Ocorrência ou Gravidade Extrema:

- Comunicação formal à Diretoria do Curso de Sistemas de Informação.

Processo de Expulsão

1. Notificação:

- O membro será informado por escrito sobre as acusações e terá 5 dias úteis para apresentar defesa ou justificativas ([Art. 5º, LV, CF/1988](#)).

2. Avaliação pela Comissão Coordenadora:

- Análise de provas (atas de reunião, e-mails, registros de tarefas).
- Decisão fundamentada, com base no princípio da proporcionalidade ([Art. 5º, XLVI, CF/1988](#)).

3. Recurso:

- Prazo de 10 dias úteis para recorrer à instância superior (exemplo: Diretoria de Graduação).

Reinscrição

Membros expulsos por inatividade poderão se candidatar novamente após 1 (um) ano.

Exceção: Casos de força maior (ex.: problemas de saúde prolongados) podem ter prazos reduzidos, mediante comprovação documental.

Exemplo de Aplicação

- Caso: Um membro falta a 4 reuniões consecutivas sem justificativa e não entrega 2 atividades.
 - Passo 1: Advertência formal + prazo de 7 dias para regularizar tarefas.

- Passo 2: Após reincidência, advertência final.
- Passo 3: Nova falha resulta em expulsão, com direito a recurso.

4. Violação à Propriedade Intelectual

Base Legal:

Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

1. [Lei nº 9.610/1998](#) (Lei de Direitos Autorais):
 - Art. 7º: Protege obras intelectuais, incluindo "apresentações, artigos acadêmicos, softwares e materiais didáticos".
 - [Lei nº 10.695/2003 Art. 184](#): Reprodução não autorizada, plágio ou distribuição ilegal de obras protegidas – 3 meses a 4 anos de detenção + multa.
2. [Lei nº 9.279/1996](#) (Lei de Propriedade Industrial):
 - Art. 189: Uso não autorizado de marcas registradas (3 meses a 1 ano de detenção).
3. Código Penal ([Decreto-Lei nº 2.848/1940](#)):
 - Art. 299: Falsificação ou alteração fraudulenta de trabalhos acadêmicos (1 a 5 anos de reclusão).
4. [Lei nº 9.609/1998](#) (Lei de Software):
 - Art. 12: Pirataria de software ou uso não licenciado (6 meses a 2 anos de detenção).
5. Estatuto da USP (Lei nº 14.119/2021):
 - Art. 2º, III: Compromisso com a integridade acadêmica e a originalidade científica.

Sanção:

- Retirada imediata do trabalho violador da organização.

- Advertência.
- **Banimento**, em casos de reincidência ou dano grave à instituição.
- Comunicação obrigatória ao Ministério Público ou órgãos competentes (ex.: processos criminais por plágio).

5. Privacidade e LGPD

Base Legal:

Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709/2018](#))

1. Definições Fundamentais:

- Dados Pessoais (Art. 5º, I): Qualquer informação relacionada a pessoa identificada ou identificável (ex.: nome, e-mail, CPF, histórico acadêmico).
- Dados Sensíveis (Art. 5º, II): Informações sobre origem racial, religião, saúde, orientação sexual, etc., com proteção reforçada.

2. Princípios (Art. 6º):

- Finalidade: Dados só podem ser coletados para objetivos específicos e legítimos (ex: emissão de certificados, controle de membros).
- Necessidade: Coleta mínima necessária, sem excessos (ex: não solicitar religião em formulários).
- Transparência: Informar claramente como os dados serão usados (ex.: política de privacidade visível).

3. Obrigações (Art. 46 e 48):

- Medidas de Segurança: Adotar sistemas de criptografia, controle de acesso e proteção contra vazamentos.

- Notificação de Incidentes: Comunicar à ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e aos afetados em até 72 horas em caso de vazamento.

4. Direitos dos Titulares (Art. 18):

- Acesso, correção, exclusão de dados e revogação de consentimento.

Constituição Federal ([Art. 5º, X](#))

- "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas".

Definição de Violações

Considera-se violação:

1. Coleta indevida: Obter dados sem consentimento ou finalidade clara (ex.: gravar conversas sem aviso).
2. Compartilhamento não autorizado: Divulgar lista de participantes, e-mails ou fotos sem permissão.
3. Uso inadequado: Utilizar dados para fins não declarados (ex.: enviar publicidade sem autorização).

Sanções:

Membros que violarem a [LGPD](#) ou a privacidade estarão sujeitos a:

1. Sanções Internas:
 - Advertência formal para casos leves (exemplo: descuido pontual).
 - Banimento permanente da comissão organizadora, em caso de reincidência ou gravidade (exemplo: vazamento com intenção).
2. Sanções Legais em casos graves com intenção:
 - Responsabilidade civil por danos morais individuais ou coletivos ([Art. 42 a 45, LGPD](#)).

- Comunicação ao MP e à ANPD para investigação criminal ([Art. 13º, Lei 2.848/1940](#)).

Procedimentos de Conformidade

Política de Privacidade:

- Divulgar documento claro sobre:
 - Quais dados são coletados;
 - Finalidade do uso;
 - Forma de armazenamento;
 - Direitos dos titulares.

6. Denúncias e Responsabilização

As denúncias referentes a condutas inadequadas devem ser formalizadas exclusivamente por e-mail, enviado para: [EMAIL].

Todo relato será submetido a uma análise preliminar pela equipe de compliance da entidade. Caso se confirmem indícios de:

- Prática de atos ilegais;
- Violação do código de ética ou valores institucionais;
- Qualquer outra infração disciplinar;

será iniciado um processo de apuração de responsabilidades. O membro envolvido terá direito à ampla defesa e contraditório antes da aplicação de sanções, que poderão incluir desde advertência formal até desligamento da entidade, conforme a gravidade da infração.

A identidade do denunciante será mantida em sigilo absoluto, exceto em situações onde a legislação exigir divulgação às autoridades competentes.

Reinscrição

Como explicitado em [‘3. Inatividade de Membros \(“Membros Fantasma”\)](#), **apenas** membros que foram **expulsos** por inatividade podem se reinscrever na organização, membros **banidos** em hipótese alguma podem voltar a fazer parte da Comissão Organizadora em edições futuras.

Membros expulsos por inatividade poderão se candidatar novamente após 1 (um) ano.

Exceção: Casos de força maior (exemplo: problemas de saúde prolongados) podem ter prazos reduzidos, mediante comprovação documental.

Por que o Código Se Aplica?

Riscos do Descumprimento dos Valores Institucionais

A não observância deste código expõe a entidade a três categorias críticas de risco:

1. Riscos Reputacionais

- Danos à imagem da USP e da Semana de Sistemas de Informação perante a comunidade acadêmica e sociedade.
- Perda de credibilidade como referência em eventos técnico-científicos.

2. Riscos Sociais

- Potencialização de vulnerabilidades entre participantes (vítimas de assédio moral, sexual ou discriminação).
- Efeitos traumáticos em casos de violação de direitos fundamentais.

3. Riscos Institucionais

- Rompimento de parcerias estratégicas com organizações que exigem conformidade legal e ESG.

- Questionamentos jurídicos sobre a gestão do evento por órgãos de controle.

O Código como Instrumento de Governança

Mais que um documento normativo, este código é um pacto de integridade com três dimensões:

- Preventiva: Estabelece padrões de conduta proativa
- Estratégica: Alinha-se à missão institucional da USP
- Sustentável: Garante a perenidade do evento como espaço seguro e inclusivo

Sua aplicação rigorosa é condição indispensável para:

- Preservar a autoridade moral da organização.
- Assegurar contabilidade aos atos pessoais.
- Transformar princípios éticos em prática cotidiana

Compromisso coletivo

Todos os participantes devem ler, compreender e aderir a este código. Dúvidas podem ser esclarecidas com a Comissão Organizadora.

Nota: Este documento será revisado, no mínimo, **semestralmente** para garantir conformidade com novas legislações e feedbacks da comunidade.

Atualizado em: 04/04/2025

Semana de Sistemas de Informação da USP